

ATENDIMENTO ESCOLAR PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Gabriela Gomes Pereira Miguel¹
Milene Bartolomei Silva²

Eixo 1 – Formação docente, políticas educacionais e práticas educativas

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender as práticas pedagógicas voltadas para crianças em tratamento oncológico no ambiente escolar regular, enfocando a importância da inclusão e do direito à educação. A proposta pedagógica integra as classes hospitalares das redes municipal ou estadual de ensino, que funciona em parceria com unidades hospitalares. O presente estudo é baseado em revisão bibliográfica qualitativa, visando a compreender as políticas públicas relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes hospitalizados, promovendo a continuidade do ensino durante a permanência no ambiente hospitalar e escolar. O atendimento pedagógico deve ocorrer tanto no hospital quanto na escola, adaptando-se às necessidades individuais e promovendo a socialização, o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e adolescentes. A reintegração escolar após o tratamento é muito importante para retomar a rotina e reconstruir a autoestima para garantir uma transição eficaz e positiva para as crianças em recuperação. Ainda, sustenta-se que o processo de escolarização impacta positivamente a vida das crianças que frequentam o ambiente hospitalar, resultando em processos de reinserção em suas escolas de origem.

Palavras-chave: Classe hospitalar; Práticas pedagógicas; Câncer infantil.

Introdução

O estudo apresentado neste artigo trata-se de compreender as práticas pedagógicas destinados às crianças em tratamento oncológico no ambiente escolar da rede regular de ensino, tratando-a como um ambiente seguro e concomitantemente benéfico ao decorrer das intervenções médica necessárias no processo de cura.

É reconhecido o direito e dever à educação a todos sujeitos da sociedade sem discriminação (Brasil, 1988). Para tanto, as leis de Estado asseguram, de forma ampla, incumbências impostas para inclusão de todos; sendo de grande valia, o direito à informação, visto que, muitos responsáveis de pacientes oncológicos não sabem como e quais orientações existem, para que ocorra a socialização das crianças, nos ambientes escolares demandadas pela necessidade de monitoramento, sanitização dos espaços, medicação, bem como no suporte de isolamento e outras indicações.

Trata-se de uma pesquisa aplicada na revisão bibliográfica de caráter qualitativo, pois neste caso considera-se todo fenômeno estudado a qual apresenta a busca do direito à educação básica das crianças com câncer, visto que, grande parte desses alunos em tratamento contra o câncer, necessitam interromper as atividades escolares no espaço de ensino regular devido às indicações médicas. Mediante a obrigatoriedade do segundo Inciso do Art. 28:

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Professora orientadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Professora Doutora em Saúde e Desenvolvimento da Região Centro Oeste da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (Brasil, 2015).

Podemos evidenciar esclarecimentos a respeito do Atendimento Pedagógico para pacientes em tratamento oncológico em Ambiente Escolar por meio da Educação Inclusiva e Equitativa, mesmo diante das necessidades específicas, visto que, muitos responsáveis não têm acesso dos seus direitos fora do Ambiente Hospitalar. E é mais que necessário estender olhares e falas ao tema, pois há nesse, o fator do sentimento de pertencimento e o processo de humanização, principalmente, quando trata-se da socialização como resposta imunológica positiva do organismo frente às células cancerígenas no processo de cura.

Dessa forma, o presente artigo buscou-se o levantamento de artigos que trouxessem discussões e a compreensão das políticas públicas relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes hospitalizados, com vista a promover a continuidade do ensino durante a permanência no ambiente hospitalar e escolar. Por fim, gerar a disseminação da possibilidade de manter o vínculo sala-de-aula/paciente.

O câncer

O câncer é uma doença que acomete qualquer indivíduo independentemente da idade. O tratamento de câncer com crianças e adolescentes é marcado por determinadas intervenções médicas que requerem cuidados específicos. Por ser uma doença crônica, o câncer expõe a criança e seus familiares a longos períodos de tratamento.

[... é uma doença genética caracterizada pela divisão e proliferação desordenada de células que sofreram mutação em seu material genético. Ele ocorre em qualquer parte do organismo e é o acúmulo das células dá origem aos tumores. Os tumores são caracterizados pelo agrupamento de células anormais, que uma vez formadas serão destruídas pelo organismo, permanecerão como tumores benignos ou se transformarão em tumores malignos. Tudo dependerá do sistema imunológico do indivíduo, que será influenciado por diversos fatores de risco (Cardoso, 2007, p. 5).

Durante o período da doença, que muitas vezes resultam em internação, verificam-se os mais diversos desafios na vida social e familiar, como a restrição no seu convívio social, baixa frequência escolar, aumento da angústia e tensão.

Segundo Valle (2001, p. 32), “[...] o câncer infantil é muito impactante para a vida da criança sob vários aspectos, atingindo do polo prático e objetivo ao seu extremo que envolve o emocional e individual da criança e de seus familiares”. Ainda segundo a autora (Valle, 2001, 33), para se atingir a cura da doença, há a necessidade de readaptação pessoal, mediante avanços e recuos em suas atitudes durante o tratamento. A melhoria do quadro clínico está associada “[...] às suas próprias possibilidades e às condições em que foi cuidada pela família e pela equipe hospitalar”. Assim, “[...] quanto mais integrada às vivências diárias próprias de sua idade, como a frequência à escola, mais facilidade terá neste processo de readaptação ao mundo livre da doença”.

A depender da tipologia do câncer e da prontidão do diagnóstico, as consequências físicas e psicológicas são significativas, as quais podem ter um impacto duradouro. Ademais, a doença também perturba a rotina habitual, afastando-a de suas atividades comuns em virtude das restrições impostas pelo tratamento.

O diagnóstico de uma criança ou adolescente é diferente do adulto, pois o mais jovem, em sua maioria, não compreende a natureza e o impacto da doença. Deixando a tarefa de transmitir informações advinda dos responsáveis, esses que carregam o fardo de explicar, situar, prover e apoiar frente ao tratamento. E são diversas as dificuldades da caminhada rumo a cura, havendo restrição escolar, social, a depender alimentar, impedimentos de vacinações, problemas com a imunidade, alterações físicas e emocionais. Tudo isso devido à natureza invasiva e dolorosa da quimioterapia, e são as mais diversas reações.

Efeitos colaterais: são diversos os efeitos colaterais provocados pelo tratamento do câncer. Náuseas, vômitos, queda de cabelo, úlceras bucais, ganho de peso, amputação, esterilidade, danos cerebrais e atraso no crescimento são alguns desses efeitos. Mas os que são considerados como fator de risco para a apresentação de doenças psiquiátricas são aqueles que causam comprometimento neuropsicológico, podendo acarretar distúrbios referentes à visão, memória, atenção, cognição etc (Cardoso, 2007, p. 11).

O papel do professor nesse processo, portanto, é de despertar o interesse da criança para aprender, para manter uma rotina de atividades pedagógicas, de leitura, de escrita, em diferentes áreas do conhecimento. É nesse sentido que a inserção do professor na vida da criança, adquire relevância e contribui para a aproximação dele com suas rotinas de vida, ligadas a escola, a apropriação e produção de conhecimentos.

Atendimento pedagógico para pacientes oncológicos

Os atendimentos pedagógicos em ambiente hospitalar são práticas importantes que visam garantir o direito à educação básica, que compreende a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sendo assim, obrigatoriamente, para crianças com 4 anos até 17 anos, que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social.

Com essa necessidade, surge o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que se constitui no serviço pedagógico complementar que, de acordo com as Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica, regulamentado pelo do Decreto n.º 6.571, de 18 de setembro de 2008, tem como público-alvo:

- a. Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- b. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou nas estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- c. Alunos com altas habilidades ou superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (Poker, 2013, p. 2).

Esse atendimento é realizado por profissionais especializados da Secretaria de Educação que levam atividades e conteúdos educacionais para as crianças internadas. O início dessa ação pode variar de acordo com o hospital e o programa de tratamento. No entanto, é importante que o atendimento pedagógico seja iniciado o mais cedo possível, em alguns casos, pode ser iniciado mesmo antes da internação, para minimizar o impacto da hospitalização sobre a educação e o desenvolvimento cognitivo da criança.

Em muitos hospitais, o atendimento é iniciado logo após a admissão da criança no hospital, com uma avaliação inicial realizada por um profissional da equipe pedagógica. A partir dessa avaliação, são definidas as estratégias pedagógicas mais adequadas para atender às necessidades educacionais da criança.

O Ministério da Educação, por meio de sua Secretaria de Educação Especial, tendo em vista a necessidade de estruturar ações políticas de organização do sistema de atendimento educacional em ambientes e instituições outros que não a escola, resolveu elaborar um documento de estratégias e orientações que viessem promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais, de modo a promover o desenvolvimento e contribuir para a construção do conhecimento desses educandos (Brasil, 2022, p. 8).

Essas atividades são pensadas de acordo com a faixa etária e o estado de saúde do paciente, visando minimizar os impactos emocionais e psicológicos causados pelo internamento e promover a continuidade do processo educacional.

Já no ambiente escolar, o atendimento pedagógico é destinado a alunos com necessidades educacionais especiais, que requerem atenção e suporte específicos para o seu desenvolvimento educacional. Esses alunos podem, preferencialmente, receber acompanhamento especializado durante as aulas regulares, ou serem matriculados em escolas especiais com metodologias de ensino adequadas às suas necessidades.

Em ambas as situações é importante garantir que crianças tenham acesso à educação, independentemente de suas condições de saúde ou limitações físicas ou intelectuais. Essa prática ajuda a promover o desenvolvimento educacional e social desses indivíduos, permitindo que eles tenham as mesmas oportunidades de aprendizado que os demais.

Para crianças em tratamento oncológico, o atendimento pedagógico pode ser realizado em duas frentes principais: no hospital, durante o período de internação, e na escola, quando a criança retorna à sala de aula.

É visível que o afastamento escolar decorrente do câncer acarreta não apenas um impacto físico, mas também impõe sérias consequências emocionais e sociais para a criança. A privação das atividades educacionais e do convívio com os colegas pode resultar em um profundo sentimento de isolamento e desânimo. Além disso, a interrupção das interações sociais na escola pode levar a uma sensação de desconexão e alienação, à medida que a criança se vê afastada das rotinas diárias e das amizades que desfrutava. A educação não é apenas um aspecto intelectual, mas também uma via crucial para o desenvolvimento emocional, permitindo que as crianças cultivem relações interpessoais e construam sua identidade. Portanto, a restrição escolar induzida pelo câncer não só limita as oportunidades de aprendizado, mas também afeta profundamente o bem-estar emocional e a integração social da criança (Silva, 2015).

No ambiente hospitalar, o atendimento pedagógico é, geralmente, realizado por uma equipe multidisciplinar, que inclui professores, psicólogos, assistentes sociais e profissionais de saúde. A equipe trabalha para adaptar o conteúdo e a metodologia de ensino às necessidades específicas da criança em tratamento, levando em consideração fatores como a idade, o estágio da doença e os efeitos colaterais do tratamento.

Já no ambiente escolar, o atendimento pedagógico pode ser realizado em parceria entre a escola, o hospital e a família. De acordo com o Ministério da Educação, sobre as Diretrizes Operacionais Da Educação Especial Para O Atendimento Educacional Especializado Na Educação Básica, p. 1: “O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas.” Além disso, é importante que receba apoio emocional e psicológico durante o processo de tratamento, seja por meio de aconselhamento individual ou em grupo. Esses serviços ajudam a criança a lidar com os desafios emocionais e sociais associados ao tratamento e a se manter motivada e engajada no processo educacional.

Utilizando o portal Oasis.br, procedeu-se à busca de documentos técnicos-científicos visando identificar abordagens de apoio a crianças e adolescentes em tratamento oncológico na educação básica. Esse processo inicial envolveu a obtenção de informações como autor, ano, tema e tipo de arquivo. Além disso, fontes primárias como livros e documentos foram empregadas para o levantamento bibliográfico. A investigação apoiou-se em registros hospitalares para compreender as necessidades e limitações das crianças sob tratamento oncológico. Adicionalmente, uma revisão bibliográfica abordou artigos sobre educação inclusiva para pacientes em tratamento, com foco na ressocialização e aprendizado contínuo no contexto escolar. A pesquisa utilizou termos como "Câncer", "Oncológico" e "Educação escolar", resultando inicialmente em dezessete descobertas, que foram refinadas para três artigos, um capítulo de livro, uma revista.

Considerações Finais

A importância da reinserção da criança após o afastamento escolar devido ao tratamento de câncer é muito importante, pois a doença pode afetar não só o físico, mas também o emocional e psicológico da criança. Durante o tratamento, é comum que a criança fique afastada da escola por um período prolongado, o que pode prejudicar seu desenvolvimento educacional e social.

Essa reinserção é fundamental para ajudar a retomar a rotina e se adaptar novamente ao ambiente escolar, possibilitando a retomada do processo educacional e a convivência com os colegas e professores. Além disso, a escola é um espaço importante para a socialização e para a retomada da autoestima e confiança da criança após o tratamento. E também pode auxiliar no processo de recuperação da saúde, pois a educação pode ter um papel terapêutico e auxiliar no desenvolvimento cognitivo e emocional. Dessa forma, é importante que as escolas estejam preparadas para receber essas crianças, oferecendo suporte pedagógico, psicológico e social para garantir que a reinserção seja efetiva e positiva para a criança.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Classe hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. / Secretaria de Educação Especial. – Brasília : MEC ; SEESP, 2002. 35 p.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União** 2015; 7 jul.

CARDOSO, Flávia Tanes. Câncer infantil: aspectos emocionais e atuação do psicólogo. **Rev. SBPH**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 25-52, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192, 2008. Acesso em: 27 ago. 2023.

POKER, ROSIMAR BORTOLINI [ET AL.]. **Plano de desenvolvimento individual para o atendimento educacional especializado**. São Paulo: Cultura Acadêmica. Marília: Oficina Universitária, 2013 184p. ISBN 978-85-7983-393-9

SILVA, M. B. **Trilhas Pedagógicas articulam saúde e educação no desenvolvimento cognitivo infantil: crianças com câncer**. 2015. Tese (Doutorado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro Oeste). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2015.

VALLE, E. R.M. **Psico-oncologia Pediátrica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p.32.